



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

LEI N.º 770/2015 - de 18 de junho de 2015.

“DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS” .

SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Organizaes Sociais

Seção I

Da Qualificação

Art. 1.º. O Poder Executivo poderá qualificar como organizaes sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino,  pesquisa científica, aos esportes, ao desenvolvimento tecnológico,  informática,  proteção e preservação do meio ambiente,  cultura e  saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Pargrafonico. As pessoas jurídicas de direito privado qualificadas como organizaes sociais, serão submetidas ao controle externo da Câmara Municipal, que o exercer com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 2º . São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se  qualificação como organização social:

I - Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) Natureza social de seus objetivos relativos  respectiva área de atuação;
- b) Finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das proprias atividades;
- c) Previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle basicas previstas nesta Lei;
- d) Participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes dos empregados da entidade, se houver, e de membros da comunidade de notoria capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) Composição e atribuições da diretoria;
- f) Obrigatoriedade de publicação anual, no órgão de Imprensa Oficial, dos relatorios financeiros e do relatorio de execução do contrato de gestão;
- g) No caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) Proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimonio líquido em qualquer hipotese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) Previsão de incorporação integral do patrimonio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como, dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimonio de outra organização social qualificada no âmbito do Município de Guatapar, da mesma área de atuação, ou ao patrimonio do Município, na proporção dos recursos e bens por ele alocados.

II - Haver aprovação, após a apresentação do plano de trabalho, quanto  conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, por decreto, pelo Prefeito Municipal, ouvindo-se previamente o Secretário Municipal correspondente ao seu objeto social.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Seção II

Do Contrato de Gestão

Art. 3o. Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas  formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1o desta Lei.

Parágrafo nico: Aos conselheiros e membros da diretoria da Organização Social  vedado ocupar cargo em comissão ou função gratificada na Prefeitura Municipal de Guatapar.

Art. 4o. O contrato de gestão celebrado pelo Município discriminar as atribuoes, responsabilidades e obrigaoes do Poder Público e da entidade contratada e será publicado o seu extrato no órgão de Imprensa Oficial do Município.

Art. 5o. Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - Especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - A Secretaria ligada  área de atuação da entidade, em conjunto com o Prefeito Municipal, poderão definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que sejam signatários.

Seção III

Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 6° . A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pela Secretaria supervisora da área de atuação correspondente  atividade fomentada, através de Comissão composta pelo Secretário da área e dois servidores qualificados e pelo Conselho Municipal correspondente.

§ 1° A Comissão de Fiscalização deverá ser integrada por pessoas de notória capacidade e atuação na área objeto do contrato de gestão, designada através de Portaria baixada pelo Prefeito Municipal

§ 2° A entidade qualificada apresentar  Comissão de Fiscalização, ao término de cada semestre, até o dia 15 de agosto e 15 de janeiro de cada exercício financeiro ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente  execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 3° Sem prejuízo do disposto no § 2°, os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, pela Comissão de Fiscalização.

§ 4° A Comissão deverá encaminhar  Procuradoria Geral do Município relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 7°. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Procuradoria do Município, para as providências relativas ao seu âmbito de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 8°. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malverso de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e comunicarão  Assessoria Jurídica do Município para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestros dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimnio público.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 9º. O balanço e demais prestações de contas da organização social devem, necessariamente, ser publicados no Órgão de Imprensa Oficial do Município e serão analisados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de acordo com suas instruções normativas.

Seção IV

Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 10. As entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 11. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para compensar afastamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 12. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, desde que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único. A permuta a que se refere este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Seção V

Da Desqualificação

Art. 13. O Poder Executivo poder proceder  desqualificação da entidade como organização social, quando verificado o descumprimento das disposioes contidas no contrato de gesto.

 1o A desqualificação ser precedida de processo administrativo, conduzido por Comisso Especial a ser designada pelo Prefeito Municipal, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuzos decorrentes de sua ação ou omisso.

 2o A desqualificação importar reverso dos bens permitidos e do saldo remanescente dos recursos financeiros entregues  utilização da organização social, sem prejuzo das sanoes contratuais, penais e civis aplicveis  espcie.

CAPTULO II

Das Disposioes Finais

Art. 14. A organização social far publicar, no prazo mximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato de gesto, regulamento prprio contendo os procedimentos que adotar para a contratação de obras e servios, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Pblico.

Art. 15. Sem prejuzo do disposto nesta Lei e na Lei Nacional 9.637, de 15 de maio de 1998, podero ser estabelecidos em Decreto outros requisitos de qualificação de organizaoes sociais, prazos e procedimentos de qualificação, os quais sero regulamentos pelo Poder Executivo.

Art. 16. O ato normativo que conceder a qualificação de organização social deve estar acompanhado da estimativa do impacto oramentrio-financeiro, para que a entidade usufrua dos benefcios dos artigos 16 e 17 da presente lei.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE.

SAMIR REDONDO SOUTO

Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PROPIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

WELITON FERNANDO VERONEZI

Secretário Municipal de Administração e Finanças